



ESTADO DO PIAUÍ

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraim, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ – PI

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

(Fase Preparatória da Licitação – Sistema de Registro de Preços)

Lei nº 14.133/2021

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de consultas médicas especializadas e realização de exames especializados, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Parnaíba-PI, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

1.2. As especificações dos serviços, quantitativos estimados, unidades de medida, valores médios unitários e valores médios totais encontram-se descritos no ANEXO I deste Termo de Referência.

1.3. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se:

- a) na necessidade contínua da Secretaria Municipal de Saúde de garantir acesso da população aos serviços especializados de saúde;
- b) nos princípios constitucionais da universalidade, integralidade e continuidade da assistência à saúde;
- c) na Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) na Lei Federal nº 8.080/1990;
- e) nas demais normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS.

2.2. O Município de Parnaíba-PI informa que ainda não possui Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído, razão pela qual a presente contratação encontra-se fundamentada diretamente na necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente demonstrada neste Termo de Referência.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação pretendida visa assegurar a continuidade da prestação dos serviços de saúde à população do Município de Parnaíba-PI, especialmente no que se refere à realização de consultas especializadas e exames complementares indispensáveis ao diagnóstico, prevenção e tratamento de diversas patologias.

3.2. A demanda decorre da insuficiência da rede pública municipal para absorção integral dos atendimentos especializados, tornando necessária a complementação da assistência por meio da contratação de serviços terceirizados.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraím, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

3.3. A contratação por Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão:

- a) da impossibilidade de definição exata da demanda futura;
- b) da necessidade de contratações parceladas durante a vigência da ata;
- c) da natureza contínua e variável dos atendimentos;
- d) da necessidade de otimização dos recursos públicos.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR LOTE

4.1. O critério de julgamento por lote será adotado em razão da natureza correlata e complementar dos serviços que compõem cada agrupamento, visando garantir:

- a) maior eficiência na execução contratual;
- b) melhor logística operacional;
- c) padronização dos serviços;
- d) redução de custos administrativos e operacionais;
- e) maior controle e fiscalização contratual;
- f) otimização da gestão dos agendamentos e atendimentos.

4.2. A divisão por lotes mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a Administração, não havendo restrição indevida à competitividade, considerando que os serviços agrupados possuem similaridade operacional e relação direta entre si.

4.3. O parcelamento excessivo poderia comprometer a execução do objeto, dificultar a fiscalização e gerar prejuízos à continuidade dos serviços prestados aos usuários do sistema público de saúde.

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a viabilidade técnica, administrativa e econômica da adoção do critério de julgamento por lote no procedimento licitatório destinado ao Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de consultas e exames especializados, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Parnaíba–PI, em conformidade com os princípios e disposições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

A opção pela divisão do objeto em lotes decorre da necessidade de assegurar maior eficiência administrativa, economicidade, padronização da execução contratual e otimização da gestão dos serviços de saúde ofertados à população, considerando a natureza integrada e complementar dos serviços especializados que compõem a presente contratação.

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública. Contudo, a mesma legislação admite a contratação por lote quando demonstrada a inviabilidade técnica do parcelamento excessivo ou quando este puder comprometer a economia de escala, a eficiência operacional e a adequada execução contratual.

No caso em análise, os serviços licitados possuem natureza correlata e complementar, envolvendo procedimentos médicos especializados, consultas clínicas e exames diagnósticos que demandam coordenação operacional, logística integrada, padronização de fluxos assistenciais e gerenciamento unificado. Dessa forma, a divisão em lotes organizados por especialidade,



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraím, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

complexidade ou grupo de procedimentos mostra-se mais adequada ao interesse público do que a fragmentação item a item.

A adoção do critério por lote proporciona relevantes benefícios à Administração Pública, dentre os quais destacam-se:

I – **Maior eficiência na gestão contratual**, reduzindo o número de contratos, fiscalizações e procedimentos administrativos correlatos;

II – **Otimização da execução dos serviços**, possibilitando integração entre consultas e exames correlacionados, garantindo maior celeridade no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS;

III – **Economia de escala**, permitindo que as empresas licitantes apresentem propostas mais vantajosas em razão do agrupamento dos serviços;

IV – **Padronização da prestação dos serviços**, favorecendo maior controle de qualidade, uniformidade dos atendimentos e racionalização dos fluxos administrativos;

V – **Redução do risco de descontinuidade dos serviços**, evitando fragmentação excessiva da execução contratual e dificuldades de coordenação entre múltiplos fornecedores;

VI – **Maior vantagem para a Administração**, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se ainda que a formação dos lotes observará critérios objetivos, técnicos e mercadológicos, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, garantindo ampla participação de empresas do ramo pertinente e observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Ademais, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza contínua, variável e imprevisível da demanda pelos serviços especializados, permitindo à Administração realizar contratações futuras conforme a necessidade efetiva da Secretaria Municipal de Saúde, evitando contratações excessivas e promovendo melhor gerenciamento dos recursos públicos.

Dessa forma, resta devidamente justificada a realização do procedimento licitatório por lote, mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual prestação de serviços de consultas e exames especializados, por se tratar da solução mais eficiente, econômica e adequada ao atendimento do interesse público e às necessidades da população do Município de Parnaíba–PI, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços médicos especializados e realização de exames especializados, mediante demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

5.2. Os serviços compreenderão consultas e exames realizados em unidades próprias da contratada ou locais por ela disponibilizados, observando-se as exigências técnicas, sanitárias e regulatórias aplicáveis.

5.3. Os atendimentos deverão ocorrer mediante encaminhamento formal da Secretaria Municipal de Saúde.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Param, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratada deverá:

- a) possuir registro regular nos órgãos competentes;
- b) manter profissionais habilitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe;
- c) observar todas as normas sanitárias e de biossegurança;
- d) garantir qualidade, segurança e eficiência nos serviços prestados;
- e) realizar os serviços conforme protocolos médicos e regulamentos do SUS;
- f) manter sigilo das informações e prontuários dos pacientes;
- g) disponibilizar estrutura física adequada;
- h) atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde dentro dos prazos estabelecidos.

6.2. É vedada a subcontratação total do objeto.

6.3. A subcontratação parcial somente poderá ocorrer mediante autorização expressa da Administração.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. O encaminhamento dos pacientes ocorrerá mediante autorização emitida pelo setor competente.

7.3. A contratada deverá realizar os atendimentos nos prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.4. Os resultados dos exames deverão ser entregues em meio físico ou eletrônico, devidamente assinados pelo profissional responsável.

7.5. A contratada deverá manter controle dos atendimentos realizados, contendo:

- a) identificação do paciente;
- b) data do atendimento;
- c) procedimento realizado;
- d) profissional responsável;
- e) assinatura ou comprovação eletrônica do atendimento.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração.

8.2. Compete ao fiscal do contrato:

- a) acompanhar a execução dos serviços;
- b) verificar o cumprimento das obrigações contratuais;
- c) atestar notas fiscais;
- d) registrar ocorrências;
- e) solicitar aplicação de penalidades, quando necessário.



ESTADO DO PIAUÍ

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraím, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

8.3. A gestão contratual observará os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme os serviços efetivamente executados.

9.2. A contratada deverá apresentar:

- a) nota fiscal;
- b) relatório dos atendimentos realizados;
- c) certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

9.3. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o atesto da nota fiscal.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção ocorrerá mediante Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote.

10.2. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global do lote, desde que atendidas todas as exigências editalícias.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado da contratação foi apurado mediante pesquisa de preços realizada pela Administração Pública, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Os valores estimados constam no ANEXO I deste Termo de Referência.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da futura contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.

Dotação Orçamentária:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Recursos Próprios / FUS / SUS / FPM / ICMS / Transferências Fundo a Fundo.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Constituem obrigações da contratada:

- a) executar os serviços conforme especificações deste TR;
- b) manter todas as condições de habilitação durante a execução contratual;
- c) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- d) substituir imediatamente qualquer profissional considerado inadequado;
- e) reparar eventuais danos causados à Administração ou terceiros;



ESTADO DO PIAUÍ

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraím, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

- f) cumprir os prazos estabelecidos;
- g) garantir atendimento humanizado aos usuários.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Constituem obrigações da contratante:

- a) fornecer informações necessárias à execução dos serviços;
- b) emitir autorizações de atendimento;
- c) fiscalizar a execução contratual;
- d) efetuar os pagamentos devidos;
- e) comunicar irregularidades à contratada.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou contratado estará sujeito às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Poderão ser aplicadas:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade.

16. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

17. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1. O contrato decorrente da ata terá vigência conforme instrumento contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. A contratada deverá observar práticas sustentáveis, especialmente quanto:

- a) ao descarte adequado de resíduos;
- b) à redução do consumo de papel;
- c) ao uso racional de recursos;
- d) ao cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços registrados poderão ser reajustados após 12 (doze) meses, mediante aplicação do índice IPCA ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

20. DA RESCISÃO

20.1. A rescisão contratual observará as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

21. DO MAPA DE RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
-------	---------------	---------	---------------------	-------------



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraim, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

Falta de profissionais especializados	Média	Alto	Exigir qualificação técnica mínima	Contratada
Atraso na realização dos exames	Média	Alto	Fiscalização e aplicação de penalidades	Fiscal do Contrato
Interrupção dos serviços	Baixa	Alto	Controle contratual e plano de contingência	Gestão Contratual
Falhas nos laudos médicos	Baixa	Alto	Exigir profissionais habilitados	Contratada
Descumprimento contratual	Média	Médio	Fiscalização contínua	Administração
Inexecução parcial dos serviços	Média	Alto	Aplicação de sanções administrativas	Administração
Problemas sanitários	Baixa	Alto	Exigir alvarás e licenças	Contratada

22. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE HABILITAÇÃO

22.1. Habilitação Jurídica

- Contrato social ou documento equivalente;
- Documento de identificação dos sócios;
- Comprovante de inscrição no CNPJ.

22.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Conjunta de Débitos Federais;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- Outros documentos obrigatórios que poderão ser exigidos no Edital.

22.3. Qualificação Técnica

- Atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto;
- Registro da empresa no conselho profissional competente, quando aplicável;
- Comprovação de vínculo dos profissionais responsáveis;
- Licença/alvará sanitário vigente;
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, quando aplicável.
- Outros documentos obrigatórios que poderão ser exigidos no Edital.

22.4 Declarações

- Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;
- Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraim, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

- d) Declaração de pleno conhecimento das condições do edital.
e) Outros documentos obrigatórios que poderão ser exigidos no Edital.

22.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
c) Outros documentos obrigatórios que poderão ser exigidos no Edital.

23. DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Integram este Termo de Referência todos os anexos e documentos correlatos.

24.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

25. ANEXOS

- **ANEXO I – Planilha de Especificações, Quantidades e Valores**
→ **ANEXO II – Mapa de Apuração de Preços**
→ **ANEXO III – Relatório Unificado das Pesquisas de Preços**

26. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente Termo de Referência, autorizando o prosseguimento da fase preparatória da contratação.

Nome da Autoridade: Miguel Omar Barreto Rissi

Cargo: Prefeito Municipal

Assinatura: _____

Parnaíba – PI, 06 de maio de 2026.

Responsáveis pela Elaboração do TR:

Tâmera Silvestre Gasperrini
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 007/2025



ESTADO DO PIAUÍ

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraím, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

ANEXO I – PLANILHA COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E VALORES MÉDIOS

OBJETO					VALOR TOTAL	
Registro de Preços, visando a futura e eventual prestação de serviços de consultas e exames especializados, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Parnaíba-PI.					R\$ 2.415.837,60	
LOTE	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNID.	QTDE.	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
LOTE 01						
1	1	US GESTACIONAL IM	UNID	400	209,08	83.632,00
1	2	US MAMA IM	UNID	200	203,64	40.728,00
1	3	US PRÓSTATA IM	UNID	200	194,54	38.908,00
1	4	US TIREOIDE IM	UNID	50	229,60	11.480,00
1	5	US TRANSVAGINAL IM	UNID	200	258,11	51.622,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01.....R\$						226.370,00
LOTE 02						
2	1	CONTRASTE	UNID	300	245,83	73.749,00
2	2	TOMOGRÁFIA IM DE CRÂNIO	UNID	300	373,02	111.906,00
2	3	TOMOGRÁFIA IM DE MÊNBR	UNID	100	385,08	38.508,00
2	4	TOMOGRÁFIA IM DE ABDOME TOTAL	UNID	300	606,20	181.860,00
2	5	TOMOGRÁFIA IM DE TORAX	UNID	300	402,50	120.750,00
2	6	TOMOGRÁFIA IM DE ABDOME SUPERIOR OU INFERIOR	UNID	100	393,00	39.300,00
2	7	TOMOGRÁFIA IM DE PÉLVIS OU BACIA	UNID	100	371,11	37.111,00
2	8	TOMOGRÁFIA DE IM VIAS URINÁRIAS	UNID	100	378,13	37.813,00
2	9	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	UNID	100	735,67	73.567,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02.....R\$						714.564,00
LOTE 03						
3	1	ÁCIDO ÚRICO	UNID	300	15,44	4.632,00
3	2	AMILASE	UNID	50	30,92	1.546,00
3	3	CKMB	UNID	50	46,16	2.308,00
3	4	COLESTEROL TOTAL	UNID	500	17,58	8.790,00
3	5	CPK	UNID	50	42,44	2.122,00
3	6	CREATININA	UNID	400	17,40	6.960,00
3	7	CULTURA + ANTIBIOGRAMA	UNID	50	104,42	5.221,00
3	8	FERRO	UNID	50	19,94	997,00
3	9	GAMA GT	UNID	50	30,96	1.548,00
3	10	GLICOSE	UNID	400	16,75	6.700,00
3	11	HDL	UNID	400	18,88	7.552,00
3	12	HEMOGLOBINA GLICADA	UNID	80	59,25	4.740,00
3	13	LDL	UNID	400	19,27	7.708,00



ESTADO DO PIAUÍ

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraim, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

3	14	LIPASE	UNID	50	34,54	1.727,00
3	15	MACGADO GUEREIRO (CHAGAS)	UNID	80	80,00	6.400,00
3	16	MAGNÉSIO	UNID	30	29,94	898,20
3	17	FAL	UNID	50	11,19	559,50
3	18	POTÁSSIO	UNID	50	23,46	1.173,00
3	19	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	UNID	50	37,50	1.875,00
3	20	SÓDIO	UNID	50	22,30	1.115,00
3	21	T3	UNID	100	33,12	3.312,00
3	22	T3 LIVRE	UNID	100	33,20	3.320,00
3	23	T4	UNID	100	31,44	3.144,00
3	24	T4 LIVRE	UNID	100	33,33	3.333,00
3	25	TAP	UNID	50	31,64	1.582,00
3	26	TESTE DE FALCIZAÇÃO	UNID	50	19,79	989,50
3	27	TGO	UNID	400	16,40	6.560,00
3	28	TGP	UNID	400	17,48	6.992,00
3	29	TRIGLICERÍDEOS	UNID	400	19,46	7.784,00
3	30	TSH	UNID	100	29,08	2.908,00
3	31	UREIA	UNID	400	16,56	6.624,00
3	32	VDRL	UNID	100	20,51	2.051,00
3	33	VHS	UNID	50	21,64	1.082,00
3	34	VLDL	UNID	400	23,04	9.216,00
3	35	ABO/RH	UNID	200	20,58	4.116,00
3	36	ANTI HCV	UNID	100	44,60	4.460,00
3	37	ASLO	UNID	100	16,59	1.659,00
3	38	FÓSFORO	UNID	50	29,28	1.464,00
3	39	HSBAG	UNID	100	39,00	3.900,00
3	40	HEMOGRAMA COMPLETO	UNID	400	26,65	10.660,00
3	41	HIV E E 2	UNID	80	43,40	3.472,00
3	42	PCR	UNID	80	19,66	1.572,80
3	43	PSA TOTAL	UNID	2.000	53,68	107.360,00
3	44	RUBEOLA IGG	UNID	80	39,25	3.140,00
3	45	RUBEOLA IGM	UNID	80	38,10	3.048,00
3	46	TESTE DE DENGUE	UNID	200	58,60	11.720,00
3	47	TOSOPLASMOSE IGG	UNID	100	44,66	4.466,00
3	48	TOXOPLASMOSE IGM	UNID	100	44,66	4.466,00
3	49	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	UNID	50	27,93	1.396,50
3	50	CMV IGG	UNID	100	55,00	5.500,00
3	51	CMV IGM	UNID	100	53,38	5.338,00
3	52	FATOR REUMATOIDE	UNID	100	19,79	1.979,00
3	53	PSA LIVRES	UNID	1.000	118,67	118.670,00
3	54	PSA FRAÇÕES	UNID	1.000	44,99	44.990,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03.....R\$						476.846,50
LOTE 04						
4	1	ESPIROMETRIA	UNID	30	181,89	5.456,70
4	2	AUDIOMETRIA	UNID	30	266,74	8.002,20



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ.: 02.304.966/0001-48

Av. Barão do Paraim, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

4	3	CONSULTA DE CIRURGIA GERAL	UNID	100	307,69	30.769,00
4	4	CONSULTA DERMATOLÓGICA	UNID	100	317,50	31.750,00
4	5	CONSULTA GINECOLÓGICA / OBSTÉTRICA	UNID	200	289,26	57.852,00
4	6	CONSULTA OFTALMOLÓGICA	UNID	100	220,00	22.000,00
4	7	CONSULTA ORTOPÉDICA	UNID	200	273,97	54.794,00
4	8	CONSULTA PEDIÁTRICA	UNID	100	363,45	36.345,00
4	9	CONSULTA PSIQUIÁTRICA	UNID	100	364,49	36.449,00
4	10	CONSULTA CARDIOLÓGICAS	UNID	100	343,44	34.344,00
4	11	FONODIOLOGIA	UNID	100	272,94	27.294,00
4	12	TERAPIA OCUPACIONAL	UNID	100	244,25	24.425,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04.....R\$						369.480,90
LOTE 05						
5	1	ECOCARDIOGRAMA CARD	UNID	50	412,50	20.625,00
5	2	ELETOENCEFALOGRAMA NEURO	UNID	100	211,02	21.102,00
5	3	ENDOSCOPIA DIGESTIVA IM	UNID	400	529,17	211.668,00
5	4	HOLTER CARD	UNID	100	224,00	22.400,00
5	5	TESTE HERGOMÉTRICO CARD	UNID	50	453,80	22.690,00
5	6	MAPA	UNID	50	244,31	12.215,50
VALOR TOTAL DO LOTE 05.....R\$						310.700,50
LOTE 06						
6	1	BIOPSIA PEÇA PEQUENA SIMPLES	UNID	150	292,57	43.885,50
6	2	BIOPSIA PELE	UNID	150	252,89	37.933,50
6	3	BACILOSCOPIA HANSENÍASE	UNID	50	36,31	1.815,50
6	4	BACILOSCOPIA TUBERCULOSE	UNID	50	41,00	2.050,00
6	5	CITOPALOGIA	UNID	2.000	116,00	232.000,00
6	6	TESTE DE CONTATO	UNID	10	19,12	191,20
VALOR TOTAL DO LOTE 06.....R\$						317.875,70
VALOR TOTAL.....R\$						2.415.837,60
(DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E QUINZE MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)						

Parnaíba – PI, 06 de maio de 2026.

Tâmera Silvestre Gasperrini
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 007/2025